

Sarney não se afastará do plano de reforma

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney manifestou ontem na reunião do Conselho Político sua preocupação com a distorção da imagem do projeto de reforma agrária do Governo, e afirmou sua determinação de não ceder a nenhuma campanha alarmista que tenha o objetivo de desfigurar a proposta; mas de não admitir, também, o incitamento a invasões de terras.

— A convicção do Presidente Sarney é a de cumprir um dos compromissos da Aliança Democrática, fazendo observar o Estatuto da Terra. Para chegar a isto, ele pretende manter

firme a posição do Governo, não aceitando qualquer tipo de tumulto no processo — afirmou o Líder do Governo no Congresso, Fernando Henrique Cardoso.

O Senador disse que foram identificadas duas origens "de tensão artificial" em torno da questão: uma campanha de distorção do conteúdo real da proposta, de um lado, e o incentivo a invasões, do outro.

Também o Líder do Governo no Senado, Humberto Lucena, transmitiu a preocupação do Presidente com os rumos da polêmica.

— A invasão de propriedade será tratada como assunto de segurança políti-

ca. As áreas atualmente caracterizadas como de conflito pelo Incra serão prioritárias, mas não se admitirá tentativas artificiais de criar novas áreas de conflito — assegurou o Senador.

● Os Governadores da Paraíba, Wilson Braga; do Ceará, Gonzaga Motta; do Piauí, Hugo Napoleão, e do Rio Grande do Norte, Agripino Maia, negaram ontem no Palácio do Jaburu, onde foram jantar com o Presidente, que os Governadores do Nordeste estejam contra o programa de reforma agrária. Todos elogiaram o projeto anunciado pelo Governo.

Acordo sobre reforma está difícil no PMDB

BRASÍLIA — Não haverá consenso no PMDB quanto à proposta governamental de reforma agrária: é isto o que demonstrou a primeira reunião do partido para tratar do assunto, ontem na Comissão de Agricultura do Senado. Todos os parlamentares presentes se disseram a favor da reforma agrária, o que não impediu a alguns deles de elogiar as críticas ao projeto, feitas pelo Presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Teles de Menezes.

Além do Presidente da SBR, a comissão especial do PMDB ouviu ontem o Diretor-Tesoureiro da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — Contag — Flávio Urbano de Araújo, que apóia o Plano Nacional de Reforma Agrária e acusou de "os reacionários de sempre" os que combatem o projeto; cobrou também dos parlamentares, "que fazem promessas aos trabalhadores para ganhar votos", uma posição de clara defesa dos trabalhadores rurais.

Já para a Sociedade Rural Brasileira, cujo Presidente apresentou documento escrito à comissão, o Plano Nacional de Reforma Agrária é "inaceitável" porque feito com "açodamento" e revela "tendência à coletivização" no sistema de produção. É "inaceitável" também, segundo a SBR, "por suas incontáveis falhas técnicas; por contrariar e extrapolar o Estatuto da Terra, a Constituição, o Programa do PMDB e da Aliança Democrática; os compromissos do Presidente Tancredo Neves e o discurso do Presidente Sarney no 4º Con-

gresso dos Trabalhadores Rurais".

O Deputado Roberto Cardoso Alves (SP), proprietário de grandes extensões de terra, elogiou calorosamente as posições da SBR, que propõe a prorrogação do prazo para os debates sobre o PNRA; a tributação sobre a produção agrícola; o estímulo à colonização particular e oficial; o assentamento das famílias "capacitadas à produção rural" nas terras públicas e nos 12 milhões de hectares desapropriados pelo Incra nos últimos anos.

O momento mais acalorado do debate ocorreu entre o Deputado Agenor Maia (RN), que se delcarou criador de gado e de procos, e o representante da Contag. Maia disse que a proposta do Governo é "fajuta e demagógica porque não vem no bojo de um novo modelo econômico e tributário". Francisco Urbano de Araújo rebateu opinando que "todo fazendeiro chora mais que criança quando nasce" e afirmou que "o trabalhador rural não está preocupado em saber se a reforma agrária será capitalista ou não".

● O PDS vai convidar os Presidentes da Confederação Nacional da Agricultura, Flávio Brito, da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Teles, e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, para debaterem o plano de reforma agrária do Governo. Essa a principal decisão da comissão do Partido, na Câmara, encarregada de estudar a reforma, instalada ontem.

Lyra: polícia controlará armamento para evitar milícias particulares

BRASÍLIA — O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, solicitará à Polícia Federal ação para impedir a formação de milícias particulares através do controle de armamentos. A questão das invasões de terra está entregue até agora aos Governos estaduais. Ontem Lyra se comunicou com o Secretário de Segurança de Goiás, José Freire, que lhe disse estar a situação sob controle na região de Araguaina, norte do Estado, onde houve mais uma invasão.

Segundo o Ministro da Justiça, os conflitos pela posse de terra ainda não

atingiram nível alarmante, e o Governo pretende controlar a situação agindo com igual rigor para combater milícias particulares e para garantir o direito de posse.

A "falta de entendimento" da reforma anunciada pelo Governo e a ação de grupos "interessados em criar alarme" são para Lyra a causa do grande número de conflitos ocorridos nos últimos dias. Afirmando que a "reforma veio para trazer paz, e não conflitos", ele no entanto considerou a "a incompreensão até na primeira hora".

A Justiça agrária, que está sendo estudada, viria diminuir os conflitos, mas, pelos recursos que exigirá, possivelmente não poderá ser implantada em curto prazo, disse Lyra. O Secretário Geral do Ministério da Justiça, José Paulo Cavalcante, defendeu, por sua vez, a criação de lei específica para os conflitos de posse de terra, caso eles cheguem a caracterizar "uma nova realidade" no País. A legislação definiria, por exemplo, critérios para a situação dos posseiros e bases para indenizações.

agrária

